



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

12631 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVI Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd Nordeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT26 - Educação do Campo

MUKANDA: Cartas-Curtas de mulheres negras à educação do campo

Ana Cristina Nascimento Givigi - UFRB – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA

Cristiane Santos Oliveira - UFRB – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA

1 INTRODUÇÃO

A produção de Vídeo Cartas-Curtas de que trata este resumo é resultado parcial do Projeto de Pesquisa Mukanda, que tem como objetivo investigar as possíveis marcas da branquitude na Educação do Campo a partir das (des)articulações entre as narrativas (auto)biográficas de mulheres camponesas negras vinculadas a um Mestrado e a produção acadêmica constituída por este campo de estudos. Neste sentido, nosso objetivo é mostrar como as Vídeo Cartas-Curtas acionam discursos epistolares sobre/com mulheres negras e seu legado ancestral no campo e as entende como estratégias pedagógicas, mas também como construção de uma presença, invisibilizada pelas memórias das culturas camponesas e das lutas pela terra.

O cânone ocidental violenta linguagens e escritas variadas. Contudo, é preciso que se diga que, concomitantemente à essa dominação epistemológica, constrói-se e movimenta-se a identidade racial branca, que inventa-se a si como enunciadora, sem se demarcar e, paralelamente, faz da sua produção o enunciado sobre o mundo (LABORNE, 2017). Como isto acontece na educação do campo? Qual o lugar das mulheres negras nesta construção? Com funciona seu cotidiano na roça?

Geramos cartas. Mukanda para nós é escrita oracular que acessa experiências esquecidas e/ou (...) extirpadas deliberadamente dos registros” (MORRISON, 2020, p. 308). A autora refere-se à produção de escrita de/sobre/por/ vidas escravizadas das quais foi tirado o direito de ver emergir sua interioridade. Do mesmo modo, a relação ontológica com a terra, presente na vivência de territórios negros, durante o Brasil colônia, não faz parte da

elaboração acadêmica da educação do campo. Só muito recentemente, pela emergência quilombola, estas discussões aparecerem transversalmente nos estudos e pedagogias do campo.

Também podemos dizer que Mukanda confere “(...) qualidade às ferramentas de trabalho rural associadas à escrita” (Fry e Vogt, 1996) ou pode ser bilhete, contrato, rito de circuncisão que marca entrada de grupos bantos-ocidentais numa sociedade (WESSENBACH, 2012a). Ou seja, ao produzir cartas pretendemos envolver as campesinas negras com a “*tenhora*” da escrita (expressão utilizada por Fry e Vogt), justapondo enxadacaneta e ararescrever. A nossa hipótese é que tais narrativas negras, de caráter autobiográfico e/ou sobre mulheres negras, podem instigar a problematização do processo de elaboração acadêmica da educação do campo e indicar o privilégio epistêmico da branquitude (LABOURNE, 2017).

Ao escrever cartas buscamos acessar, por meio do gênero epistolar, o caminho do ‘escapulário e patuás’ à escrita (WESSENBACH, 2012b) encontrando na proposta ontológica de mulheres negras a possibilidade de, performatizando a linguagem, fazer do corpo o local de inscrições do conhecimento (MARTINS, 2003). Além disso, cartas estabelecem uma relação com a cultura escrita, mostrando paradoxos entre escritas outras e a ocidental. Ao tomar para si o registro, campesinas negras retomam emoções/ações que envolvem o processo de escrever, uma vez que “(...) a prática de registrar nos leva a observar, comparar, selecionar, estabelecer relações entre fatos e coisas” (FREIRE, 1993, p.83).

Ao mesmo tempo, e o mais importante, a escrita de cartas perfila-se na literatura produzida por negras (ANGELOU, 2019; WALKER, 2009; JESUS, 2016) configurando-se na forma de ficcionar a si, estabelecendo contextos em que se constroem como autoras de suas histórias (SANTIAGO, 2012). Por fim, a narrativa autobiográfica dispõe a identidade em relação ao passado (LEJEUNE, 2014), estabelecendo uma história que é feita de continuidades interdidas pela violência.

A produção de outras textualidades, como a que está em questão nas Cartas-Curtas, nos diz sobre bricolagens, mixagens e montagens próprios da construção das audiovisualidades, que aproximam pessoas dos recursos disponíveis, levando-as à ocupar lugares na produção de suas imagens, a partir de leituras próprias. Nolasco-Silva (2018, p. 135) nos diz que “(...) com essas operações, memórias, histórias, conhecimentos, sentidos e subjetividades que embaralham regimes de verdade” são criados. A produção de Vídeo Cartas-Curtas se insere neste contexto de recortar cartas, fazê-las curtas, mas, ao mesmo tempo, construir caminhos até elas, funcionando como mediação pedagógica de conhecimentos produzidos por mulheres.

2 DESENVOLVIMENTO

A problematização sobre branquitude emerge com regularidade e relativa força a partir dos anos 2000 na academia. Cardoso (2008) diz que encontrou nove trabalhos sobre o tema de 1957 (referindo-se à produção de Guerreiro Ramos) a 2004. Além disso, o acesso ao banco de teses e dissertações utilizando os descritores - mulher negra e educação do campo; campesinato negro e educação do campo; questão racial e educação do campo nos apontam oito pesquisas de 2005 até 2019. No nosso mestrado podemos observar a tabela abaixo sobre a produção acadêmica envolvendo a questão racial e de gênero e educação do campo:

TURMA/ ANO DE ENTRADA	TRABALHO SOBRE GÊNERO E RAÇA	TRABALHO SOBRE QUESTÃO RACIAL	TRABALHO SOBRE GÊNERO
2013	-	-	-
2014			1
2015			
2016		3	
2017	1	1	4
2018	1		2
2019	1		1
TOTAL	3	4	8

Dos trabalhos acima, o primeiro a utilizar-se das categorias gênero e raça foi defendido em 2017. O três trabalhos referentes a 2016 abordam a questão quilombola (2) e de povos de terreiro (1). Do mesmo modo, o de 2018 aborda a questão quilombola e, em 2019, o trabalho aborda mulheres negras e educação do campo. Importante dizer que, em virtude da demanda na seleção de projetos, em 2019, foi criada a linha Cultura, Raça e Educação do Campo, que abrigou projetos relativos a estas temáticas.

Estes dados e a composição racial real do campesinato brasileiro (67,1% em 2010/IBGE) nos instigou, por meio desta pesquisa, criar caminhos para a demanda reprimida no que diz respeito à produção acadêmica e buscar fontes outras. Acessamos assim a uma escrita minoritária, as Cartas, para pensar nas estratégias produzidas por mulheres, desde a

diáspora.

Pesquisamos séries documentais disponíveis, através da ligação nominativa de fontes historiográficas, que tornou possível encontrar relações de parentesco duradouras entre pessoas escravizadas, desenhando biografias coletivas com nexos relacionais, observando como elas atuam no sentido de recriar laços, sentidos e memórias abastecidas pelo legado ancestral africano, de princípios femininos (SLENES, 2011). Ao ter acesso a biografias de mulheres escravizadas, vemos suas estratégias para viver junto aos seus, sustentar relações horizontais, defender-se e conservar memórias e desferir golpes cotidianos à escravatura, constituindo caminhos significativos para seu legado (MACHADO 2010; XAVIER, FARIAS, GOMES, 2012); também podemos conceber conjunções a partir da luta pela centralidade da terra ensejando contextos de significação da liberdade para o povo preto. Onde encontrar esta narrativa na educação do campo? Ao invisibilizar a condição de sujeito camponês deste povo negro não estaríamos mais uma vez confinando a negra e o negro à condição de escravizados?

As cartas são índices de memórias erigidas pela cultura negra. As vídeo cartas-curtas dizem de um lugar infra político (LUGONES, 2014) que diverge do modelo ocidental de fazer política, sendo um espaço ativo de elaboração estratégicas na fratura colonial. Produzimos cartas e, depois delas, cartas-curtas em vídeo, utilizando-nos de operações simples realizadas nos celulares e que podem ser visualizadas em canal do youtube sob o título Projeto Mukanda.

Para fins deste trabalho escolhemos três vídeo cartas, criadas a partir das categorias mulher negra, ancestralidade, educação do campo e terra. A carta 1 aborda o movimento de uma mulher negra, vítima de violência, que fez de seu corpo a travessia para o aprendizado de outras negras. A autora da carta 1 diz de como aprendeu “no quintal” com sua tia, vítima de feminicídio, a “caminhar de forma sábia diante da violência”. Ao dizer, a autora da carta-corta, desnuda a violência contra negras no campo, cujos dados são praticamente inexistentes. A carta 1 diz também de uma rotina no cafezal das fazendas dos brancos e um final de semana na “roça” própria, onde a tia “nos mostrava desde o plantio à colheita”, “fazer leiras, tirar o guaraná” e a “deixar de viver de forma escravizada para viver de sua rocinha”, onde as culturas variadas se contrapõem à propriedade privada, religando essa rotina às relações brasileiras no século XIX, próprias dos engenhos. Contudo, a carta afirma as estratégias de uma sociabilidade que não está se reduz à propriedade privada, vivenciada na agricultura familiar. Ao ser assassinada, Lia deixou como legado, sua sobrinha, aluna do mestrado.

A Carta 2, de autoria de um militante do MST, rememora a força de sua mãe preta para criar quatorze filhos, e ensiná-lo a repartir, ensinamento que o fez superar as agruras da lida e a ausência da mãe por um período para estudar na fazenda do branco. “Não se aperrei”, frase de Dona Antonia diante das difíceis situações no interior do Maranhão. O enternecimento que a mais velha sugere, ecoa na voz do líder maranhense, como possibilidade de entender o gênero feminino na construção de sua vida e luta.

Já na carta 3, a autora avista sua avó do quintal de sua casa, onde o cheiro das ervas a lembra dos chás e banhos, feitos por mãos persistentes que a guiaram até à educação do campo. Mesmo sem saber ler, Dona Enedina, mulher negra, a ensinou a enfrentar o mundo, “apontou os lápis das crianças” e “a alfabetizou para a vida”. Esse legado ancestral à guiou até constituir-se como professora do campo.

Encontramos, assim, uma escrita na/da terra por meio da edição de vídeo cartas e, por movimentação política, fazemos aliança com uma episteme cuja construção está engendrada ao modo como mulheres negras organizam seus pensamentos, elaboram suas teses e ficionam suas biografias.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Vídeo Cartas-Curtas, como resultado parcial desta pesquisa, fabricam panoramas de outras sensibilidades necessárias à educação do campo, funcionando para visibilização das estratégias femininas negras e, por sua vez, como proposta pedagógica de mediação entre as cartas e a produção acadêmica da educação do campo. Ademais, visibilizam uma cultura negra campesina feita por mulheres com as quais, muitas vezes, nos negamos a aprender.

Em uma de suas cartas Freire (1993) enfatiza o registro como ato político de educar. Por outro lado, ele nos ensina que aprendeu com africanos, o que ele jamais poderia ter feito sozinho e, nas suas cartas diz que “Guiné-Bissau não parte de zero, mas de suas fontes culturais e históricas, de algo bem seu, da alma mesma de seu povo, que a violência colonialista não pode matar” (FREIRE, 1977, p.16). Esta violência também não matou a experiência das mulheres negras da roça, mas pode nos tirar a oportunidade de aprender com elas. Isto não se faz por inconsciência, mas por ativos mecanismos de dominação da branquitude. Brancos podem não se reconhecer como parte fundamental na permanência das desigualdades raciais no Brasil (PIZA, 2014) ou distorcer seu lugar nas relações raciais (BENTO, 2022; SOVICK, 2004) para manter sua posição de privilégio (LABORNE, 2017), inclusive na elaboração da educação do campo. Não há como afetar a branquitude sem que façamos funcionar uma faca de dois gumes capaz de, em uma lâmina, cortar e fraturar o conhecimento, (re) organizando seus pressupostos filosóficos e epistêmicos e, em outra, alterar (e alternar) o sujeito da ciência, “(...) ainda que tenhamos de assumir as consequências que daí decorrem para a linguagem e para o que entendemos de história” (LABORNE, 2017, p. 100).

REFERÊNCIAS

ANGELOU, M. **Carta a minha filha**. Rio de Janeiro, Agir, 2019.

BENTO, C. **O Pacto da branquitude**. São Paulo: Cia de Letras, 2022.

CARDOSO, L. Branquitude acrílica e crítica: A supremacia racial e o branco anti-racista in **Revista Latino Americana de Ciencias Sociales**, Niñez y Juventud, Vol. 8, nº 1, ene-jun, 2010, p. 607-630 acesso em <http://biblioteca.clacso.edu.ar/Colombia/alianza-cinde-umz/20131216065611/art.LourencoCardoso.pdf>.

FREIRE, Paulo. **Cartas à Guiné-Bissau**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FREIRE, Paulo. **Professora, sim; tia, não: cartas a quem ousa ensinar**. São Paulo: Olho D'Água, 1993.

FRY, P., VOGT, C. (e colaboração de SLENES, Robert). **A África no Brasil: Cafundó**. São Paulo-Campinas: Companhia das Letras, Editora da Unicamp, 1996.

JESUS, C. M. **Diário de Bitita**. São Paulo: Sesi/SP, 2016.

LABORNE, A. A. P. Branquitude, colonialismo e poder: a produção do conhecimento acadêmico no contexto brasileiro in MÜLLER, Tânia M. O., CARDOSO, L. (org.). **Branquitude. Estudos sobre a identidade racial branca no Brasil**. Curitiba: Appris, 2017, p. 91-105.

LEJEUNE, Philippe. Como terminam os diários? In: O Pacto Autobiográfico: De Rousseau à Internet. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. p. 310-326

LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas, Florianópolis**, v. 22, n.º 3, dez., 2014, p. 935-952.

MACHADO, M. H. Corpo, Gênero e Identidade no Limiar da Abolição: a história de Benedicta Maria Albina da Ilha ou Ovídia, escrava (sudeste, 1880). **Revista Afro-Ásia**, v. 42, UFBA (Bahia), 2010, p. 157-193.

MARTINS, L. Performances da oralitura: corpo, lugar da memória. **Letras**, 0(26), 63-81, 2003 doi:<https://doi.org/10.5902/2176148511881>

MORRISON, T. **A fonte da auto-estima**. São Paulo: Companhia as Letras, 2020.

NOLASCO-SILVA, L. **Os olhos tristes da fita rodando no gravador: as tecnologias educacionais como artesanias docentes discentes**. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 227p., 2018.

PIZA, E. Porta de vidro: entrada para a branquitude In: BENTO, M; C., I. (org.). **Psicologia social do racismo. Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014, p.59-90.

SANTIAGO, A. R. **Vozes Literárias de Escritoras Negras**. Cruz das Almas-BA: Editora da UFRB, 2012.

SLENES, R. W. **Na senzala, uma flor. Esperanças e recordações na formação da família escrava**. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2011.

SOVIK, L. Aqui ninguém é branco: hegemonia branca e mídia no Brasil. In WARE, V (org.). **Branquidade: identidade branca e multiculturalismo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

WALKER, A. **A cor púrpura**. Lisboa: Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.

WISSENBACH, M. C. C. Cartas, procurações, escapulários e patuás: os múltiplos significados da escrita entre escravos e forros na sociedade oitocentista brasileira. **Revista Brasileira De História Da Educação**, 2(2 [4]), 103-122, 2012b. Recuperado de <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38724>

WISSENBACH, M. C. C. Teodora Dias da Cunha: construindo um lugar para si no mundo da escrita e da escravidão in XAVIER, Giovana, FARIAS, Juliana Barreto, GOMES, Flávio

(org.). **Mulheres Negras no Brasil Escravista e do Pós-Emancipação**. São Paulo, Selo Negro, 2012a, p. 228-243.

XAVIER, G., FARIAS, J. B., GOMES, F. (org.). **Mulheres Negras no Brasil Escravista e do Pós-Emancipação**. São Paulo, Selo Negro, 2012.